

História da psicologia no Brasil - origens nacionais*

Psychology History in Brazil – Nationals Roots

Sonia Alberti**

RESUMO:

Embasado na dissertação de mestrado “Os discursos de psicologia no século XIX no Brasil”, o artigo recorre a Georges Canguilhem e outros autores a fim de verificar os possíveis caminhos da Psicologia em nosso país. Para tanto, acompanha o vínculo desse saber *in statu nascendi* com as tendências dominantes tanto no que diz respeito a diferentes racionalidades de uma época quanto no que remete ao jogo político, econômico e social. Em meio a esses movimentos, destaca dois discursos que tornam a psicologia palco de uma disputa de poder: o científico, que se desenvolve a partir da idéia de organismo – conjunto de funções, leis e órgãos, representado normalmente pela medicina – e o teológico-filosófico, que se desenvolve voltado ao estudo da psique – alma substancial e soberana, representada de maneira geral pela Igreja.

Palavras-chaves: psicologia; discurso científico; discurso teológico-filosófico.

ABSTRACT:

Based on the master's degree dissertation named “The speeches of psychology in the 19th century in Brazil”, the article gets its sources from Georges Canguilhem and others authors to verify the possible psychology paths in our country. In order to accomplish that, it is given an attention to the bond between the knowledge *in statu nascendi* with the major tendencies about different rationalities of a period, and also, the political, economic and social games. Between these movements, there are two speeches which turn the psychology into a battle field of a power dispute: the scientific, that it is developed with the idea of organism (set of functions, laws and institutions which is represented by medicine) and the theological – philosophic, that is developed with focus on the *psique* study (substantial and sovereign soul which is represented by the church).

Key-words: psychology; scientific speech; theological-philosophic speech.

Em 1958, Geoges Canguilhem edita um pequeno texto que era leitura obrigatória para nós, estudantes de Psicologia, no início da década de 70. É pena que esse texto esteja hoje tantas vezes esquecido dos cursos de Psicologia e é impressionante, para mim, a sua ignorância entre os alunos quando o cito eventualmente. Chama-se “O que é Psicologia?”¹.

Canguilhem tentava, então, um levantamento cuidadoso das várias correntes filosóficas que teriam originado as várias escolas psicológicas, procurando, naquelas, algumas semelhanças com estas.

Jacques Lacan (1966, p. 874) retoma esse texto de Canguilhem no que tange a seu chiste: um dos caminhos que saía da Faculdade de Psicologia, em Paris, partia do Panteão e levava à Chefatura de Polícia. Será a isso que tende a Psicologia?

A verdade é que “Os discursos de psicologia no século XIX no Brasil”, dissertação de mestrado defendida em 1981, assume para si, ao pé da letra, verificar, com Canguilhem e outros autores, para onde tende a Psicologia, só que nas origens do movimento que levou a considerar “o lugar científico da disciplina psicológica como ‘legítimo’” (DELEULE, 1969). Trata-se de uma pesquisa que verifica a história da psicologia no Brasil.

O estudo tenta acompanhar o vínculo desse saber *in statu nascendi* com “as tendências dominantes, tanto no que diz respeito a diferentes racionalidades de uma época, quanto no que diz respeito ao jogo político, econômico e social no qual esse saber se insere ou não” (ALBERTI, 1981, p. 4). É, na realidade, no estudo dos discursos que essas tendências se mostram e onde fica visível a não unidade, impondo-se, como dizia Foucault em 1972, a “análise minuciosa das decalagens sucessivas”.

No final do século XIX, exatamente em 1900, é publicada a tese “Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados”, inaugurando toda uma nova relação da Psicologia com a medição, a discriminação, o estudo dos atos que, vistos como comportamentos, serão tidos como objetos de uma ciência empírica. Já desde as últimas décadas do século XIX é possível perceber uma nova vetorialização: surgem propostas para “estatísticas morais” (1880), estudam-se “centros corticais psicológicos” (1881), fala-se da “psicologia da percepção e das representações” (1890), da “hereditariedade psicológica” (1892), entre outros. Herdeira do positivismo que toma conta da medicina a partir da terceira década do século XIX, essa psicologia destitui qualquer integridade ou unidade no homem e desenvolve-se a partir da idéia de organismo, um conjunto de funções, leis e órgãos - cabeça, cérebro, como foi a concepção frenológica². O cérebro da frenologia já não é mais substância única e individual, mas parte da organização reflexa. Os atos psíquicos são estudados também separadamente, não-autônomos porque dependentes totalmente de um estímulo externo.

O que é medido, através do que o *outro* pode perceber, são os produtos de um funcionamento - interno -, aquilo que não se vê, o que escapa à consciência em si do indivíduo que está sendo examinado. Esse indivíduo já não tem mais consciência, é alienado, é um ser que não tem com o que se impor, como indivíduo. Ele é diferente dos outros indivíduos, mas essa diferença se mede, e se mede somente em graus. A discriminação entre as pessoas é feita em graus de alienação ou não, mas todos são passíveis de perder a consciência ou a autonomia, que lhes permitiria um autoconhecimento. Já não existe mais a idéia de um autoconhecimento; quem conhece é o outro, o mestre que detém o saber, que sabe mais do que o próprio sujeito que está sendo pesquisado. Esse saber, por sua vez, é legitimado porque científico. E cientistas são normalmente os médicos, cuja formação acadêmica sofre clara influência dos estudos realizados na Europa, para onde vão, financeiramente sustentados pelos grandes latifúndios da família, retornando ao Brasil imbuídos de um monte de “idéias novas”, como se diz na época. Trata-se do liberalismo, do cientificismo e dos avanços da medicina que crescem numa Europa sob o jugo da industrialização.

Mas há outros discursos de psicologia. Verdadeiros tratados que descreviam a alma e seu conhecimento, ou mesmo a consciência humana. Estes tratavam do saber sobre a “psyché”. Uma psique cuja origem era muito antiga, da época em que o saber grego havia sido assimilado à defesa dos dogmas cristãos. Herança de diferentes correntes filosóficas, esses discursos falavam numa alma substancial e soberana, comprometida com uma racionalidade das causas primeiras e teológicas. Era um discurso sobre uma alma voluntária e una, descendente de uma idéia única da alma.

Ao longo do século XIX, os saberes psicológicos se servem desses dois discursos para um novo campo de domínio, que acaba por fazer deles servos e palco de dois tipos de poder. O primeiro, o poder soberano³, que supõe um conhecimento a serviço de um poder uno, vindo de cima, e que nos parece estar, na época, nas mãos do poder rural,

representado, no campo do saber, pela Igreja. O segundo, o poder disciplinar⁴, cada vez mais normatizador, formando a rede de poderes cuja vertente vigilante encontra seu paradigma no panóptico de Bentham, desenvolvendo-se, aqui, através da medicalização da sociedade. Por um lado, domínio de um conhecimento não-médico, filosófico e, por outro, servindo à medicina mesma que se desenvolve, sobremaneira, no século XIX.

É interessante observar a maneira pela qual os saberes psicológicos se tornaram palco de um conflito entre esses poderes; de um lado, sustentado pela filosofia - vinculada ao poder ainda soberano; de outro, pela medicina, que procura angariar forças e conhecimentos suficientes para fazer ruir as antigas formas de dominação. Um dos contextos em que esse conflito foi declarado abertamente chamava-se *O Crepúsculo*, uma revista baiana na qual, entre 1845 e 1846, dois médicos antagonizavam dois 'filósofos', fazendo, inclusive, um convite a um duelo, por discordâncias sobre as maneiras psicológicas de ver (ALBERTI, 1981, p. 138).

Levantei a hipótese de que foi a partir do conflito de poderes que se criaram as condições para os diferentes discursos de psicologia, conflito esse que, no fundo, no fundo, como nos ensinou Marx, implica a economia. No caso, trata-se da passagem histórica em que foi preciso, cada vez mais, levar em conta - malgrado as resistências - o capitalismo internacional nascente. Ia levar ainda algum tempo para que a Psicologia se tornasse agente de discurso; durante o século XIX ela foi, basicamente, instrumento para o agenciamento de outros.

Pudemos além disso estudar, em outro contexto⁵, que essa origem dos discursos de psicologia lança as bases, justamente, para a importante ação da Psicologia, já nas primeiras décadas desse século, junto ao Direito e à Pedagogia. Em ambos os casos, a Psicologia irá sustentar um discurso segregador, profilático e normatizador. Lê-se, por exemplo, em 1932: "A primeira condição, portanto, para que possa a nossa Escola Normal constituir um centro de pesquisas pedagógicas é que aí se ensine e *se aprenda de fato* a psicologia experimental" (SERRANO, in ALBERTI, 1984, p.76). Na realidade, observa-se que a "psicologia experimental" assume uma função de ponta no momento em que é desidentificada da psicologia da moral e da ética. Esta, "antiga", fica atrelada a uma filosofia da consciência que dá autonomia ao indivíduo. As questões éticas não interessam mais ao psicólogo do início do século XX, pois ele identifica a ética à "antiga" psicologia, à qual contrapõe o *boom* cientificista. Este não leva mais em conta a integridade do ser humano que pode pensar, julgar, ponderar, através de sua experiência de vida: "... uma disciplina de ordem psicológica. Ao invés de ciência de raciocínio e experiência, ciência de observação e experimentação" (idem). Podemos dizer então que, com o início do século XX, a psicologia tende (para respondermos a Canguilhem) para a observação e a experimentação, para o esquadramento do indivíduo à sua revelia, e a subsequente "formação da personalidade do aluno", "de seu caráter" (idem). De maneira que podemos observar claramente, conforme dito acima, o discurso da desautorização subjetiva, da destituição de toda integridade, em que se entende o "aluno", o "menor", o "delinqüente", como organismo - conjunto de órgãos cientificamente estudados e reintegrados. Não podemos deixar de pensar que esse discurso vem sustentar as práticas atuais, em que se gera uma criança, por exemplo, com o único intuito de fazê-la doadora de órgãos para outra com câncer⁶. "O mineiro só é solidário no câncer", já retomava Nelson Rodrigues de Otto Lara Rezende, onde o câncer é metáfora para o desumano. Depois que a "psicologia experimental" - ponho aspas pois se entendia, sob esse título, a psicologia "científica", ou seja, a que derrubava, justamente, a autonomia da alma - pôde ser amplamente assimilada, a própria psicanálise foi importada exatamente com esse mesmo fim, o de adaptar e

esquadrinhar o ser humano, na tentativa de agir sobre seus “instintos inconscientes”, tomados à parte, para elevá-los disciplinadamente a condutas regradas pela ordem vigente. Somente na medida em que o discurso da ciência pode renegar, totalmente, a subjetividade, é que a técnica tem seu caminho aberto para exercer-se tão plenamente. O humanismo passa a ser um engano para o cientista, daí não haver lugar para o sujeito no discurso em que a técnica se impõe à ciência.

Por ora, voltemos ao século XIX.

Com o recorte na história universal que fiz, atendo-me, com exclusividade, ao Brasil, pude efetuar uma redução dos dados que nos facilita, hoje, uma avaliação. A verdade é que o século XIX, em seu surgimento, é palco de grande efervescência intelectual. Isso porque, finalmente, no final do século XVIII, Pombal obriga à ampla reforma cultural em Portugal, promovendo a retirada do aristotelismo das universidades, a transformação da Inquisição portuguesa - que deixa de ser instrumento de poder religioso para servir, agora, à Coroa - e a perseguição aos jesuítas. Os intelectuais enganam-se, então, julgando-se livres de uma série de dogmas que impediam um distanciamento do tomismo, e essa aparente liberdade cultural procura assumir as transformações culturais da Reforma que, na Europa não portuguesa, se tinha iniciado há já três séculos.

O século XIX, com a chegada de D. João VI, abre a Universidade do Brasil, e a intelectualidade tem acesso a esse “monte de idéias novas” que desestabilizam completamente as certezas escolásticas nas quais, até então, todos se banhavam. O exercício da dúvida, três séculos depois de Descartes, no entanto, não levou ninguém a duvidar de sua existência, pois, por mais liberais e científicas que fossem aquelas “idéias novas”, em matéria de crença o intelectual brasileiro continuava com um pé na religião católica, resistindo, assim, também à colonização pela ética protestante do lucro individual (MERCADANTE, in ALBERTI, 1984, p. 18). Para isso contribuía, evidentemente, a ainda predominante classe rural e escravagista, cujos lucros somente começaram a vacilar a partir de meados do século, com as cada vez mais freqüentes investidas avassaladoras do capital internacional, sobretudo o inglês.

TRÊS TEMPOS

Com o intuito de resumir o encontrado, continuo sustentando, depois de dezoito anos passados de minha pesquisa, que podemos identificar nas teses psicológicas sobre a alma - cujo primeiro exemplar são as “Teses filosóficas sobre a psicologia do homem as quais se propõe defender em público no Imperial Seminário de São Joaquim” (de 1830) - uma das veias discursivas, a que chamei de filosófica, e que tende a outorgar a cada indivíduo uma autonomia através da qual irá atuar no mundo.

Três tempos para as teses psicológicas sobre a alma:

1) O tempo da escolástica. Trata-se de um tempo lógico, pois inexistente de fato, já que não há teses psicológicas escritas antes da autorização portuguesa de uma imprensa brasileira. Trata-se de uma alma com conotação divina, que atribui a cada ente um poder e uma identidade interior, semelhante a Deus. É a alma como substância, racional, que permite a formação de idéias, vinculada a uma teodicéia;

2) O tempo do ecletismo. A alma se diferenciou do corpo, deixa de ser uma substância, pedaço em analogia com Deus, para ser constituída de reflexão e subjetividade. Como tal, a alma pode ser entendida como consciência por

excelência, instância do conhecimento, do autoconhecimento, ponto de partida para a conceituação do eu. “Consciência”, “eu”, “alma”, “espírito”, além da antiga palavra “substância”, são termos que estes nossos discursos de psicologia vão utilizar quase indiscriminadamente (ALBERTI, 1981, p. 41). De um lado, as funções do corpo; de outro, as funções da alma. Ao contrário da consciência moral tomista - determinada pela infalibilidade da alma -, o eu passa a ter condições de escolha entre as possíveis ações e, a partir de seu agir, poderá ser julgado por outros eus. No entanto, por mais que escolha, essa alma só se ocupa do mundo das idéias. A distância dessa consciência com relação à política e à economia é crassa, pois os intelectuais que a defendem ainda se sustentam na ordem oligárquica da economia cafeeira e do poder soberano. É só num segundo momento, em 1863, com o trabalho do Padre Moniz, que essa posição é política. Aqui assistimos a um recrudescimento da substância, acima de qualquer coisa sensível, figurando a psicologia no conhecimento somente enquanto possibilidade de análise da própria idéia de substância. Reação clara e evidente, e católica, ao terceiro tempo, que ataca, com força cada vez maior, a racionalidade religioso-filosófica, a partir da racionalidade empírica;

3) O tempo do organismo - fim da alma. A partir das teses frenológicas, a alma, apesar de ainda espiritual e inacessível, é vinculada a uma série de conceitos que procuram objetivá-la progressivamente. Objetivá-la no sentido de fazer dela objeto de ciência, a ser estudada pelos “cientistas”, tirando-a das mãos de Deus. Assim como tudo no Brasil, até mesmo a frenologia chegou com atraso - apenas em 1838, na Tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de Domingos Marinho de Azevedo Americano. Este já não propõe um estudo da alma - por definição, espiritual e separada -, mas um estudo do homem como ser organizado e semelhante, portanto, a outros seres que se organizam anatômica, química e botanicamente. Surge a fisiologia e sua associação com o cérebro, onde se localizam, definitivamente, as propriedades e funções da alma. O campo da fisiologia é o campo da vida, na medida em que, até então, a medicina só pesquisava cadáveres. Conhecer a vida, o corpo vivo e tudo o que se pode fazer com ele: suprir uma função em falta, aumentar ou diminuir uma função irregular e, finalmente, modificá-lo. Transformar o homem em máquina produtora, eis, no fundo, o que sustenta o avanço desse tempo. “Se o pai e os jesuítas asseguravam as prerrogativas do saber para legitimar o latifúndio, o cientista assegura as prerrogativas do saber para legitimar o capital” (ALBERTI, 1981, p. 75). Construída sobre a idéia do funcionamento e das relações; trabalhando com conceitos como força, instinto, estimulação, movimento; instrumentalizando o ser de qualquer espécie para o fim comum - a vida -, a fisiologia não se baseia mais numa discriminação de seres, mas funda-se numa discriminação de fenômenos. O ser vivo é produto de funções de partes, produto da relação entre o físico, o psíquico e o ambiental, não mais o indivíduo autônomo. O homem não é mais homem, mas ser vivo. Daí, por exemplo, o antigo pecado carnal - onde a alma, enquanto senhora de si mesma, perdia, por alguns momentos de fraqueza, a sua liderança sobre o corpo - se transforma em falha na organização. Estamos longe de uma aceção da vida em dialética com a morte. A organização fisiológica exclui a morte. A organização funciona, ou não. Quando se reduz o homem a um ser vivo, a morte passa a ser da ordem do insuportável e, portanto, do foracluído do discurso. Não é à toa que hoje, quando morre um ente muito próximo, a psiquiatrização chega ao cúmulo de medicar o luto.

De início frenológico, o sistema anátomo-fisiológico é transportado aos poucos para as outras áreas médicas, “organizando” a psiquiatria e se ligando aos primeiros conceitos de uma pretensa psicologia científica que incide sobre

a personalidade, o caráter, a motilidade, a sensibilidade, a memória, o comportamento, etc.... Associada às máximas do positivismo brasileiro de meados do século XIX, que começa declarando não reconhecer direitos de espécie alguma, mas exige dos próprios políticos o exercício de funções determinadas, com condições precisas, “evidenciadas pelo estudo científico da humanidade” (LEMOS e MENDES in ALBERTI, 1981, p. 86), essa psicologia ingressa no debate da moralização. É assim que a sensação, entendida originalmente como fato psicológico mais simples, transforma-se, nesse terceiro tempo - o do organismo - em fato psicológico mais fundamental. Com isso, surge um saber do corpo, que inicialmente instrui a alma (como, por exemplo, no texto de França, 1854), passando-lhe “recados”. Anteriormente, a natureza da sensação e a própria sensação existiam somente a partir da alma; a natureza era determinada internamente à alma, após a percepção e o conhecimento da sensação. Agora, a sensação é um mecanismo orgânico, desinvestindo-se a função da alma, pois ela já não conhece intrinsecamente. De um lado, os que sugerem que “o fato psicológico o mais simples, a sensação, pressupõe a sensibilidade e atividade”, o que os leva a dizer que o amor, a amizade, o ódio, o entusiasmo, a dor “são sentimentos que supõem o exercício de muitas faculdades da inteligência” (ROCHA [1846] in ALBERTI, 1981, p. 102); de outro lado, os que retomam essas mesmas coisas - o amor, a amizade... - para dizer que elas “nascem das sensações e são portanto mais ou menos aproximadamente dependentes do organismo” (OLIVEIRA [1846] in ALBERTI, idem, p. 101). Se originalmente a sensação se liga às faculdades da inteligência, ela agora se liga ao organismo; se originalmente o autoconhecimento era o trabalho psíquico por excelência, agora é o processo psíquico instruído organicamente; se originalmente a reflexão se exercia a nível do autoconhecimento, agora o arco reflexo serve ao conhecimento técnico que se quer ter sobre um indivíduo com falhas de funcionamento. A respeito disso pude concluir, em 1981, que “o ‘processo psíquico’, por definição, já é um processo fisiológico e pode, portanto, facilmente transformar e explicar, através de um mecanismo quase antropofágico, a ‘completa fase de reflexão’ como idêntica ao simples reflexo, reduzindo tudo a ações nervosas passíveis de serem modificadas, primeiro em laboratórios e depois, no cotidiano - as escolas, a família, as psicoterapias” (ALBERTI, idem, p. 105).

CONCLUSÃO, NO ACASO DO SÉCULO XX

Pudemos verificar de que maneira operou a cientificação da psicologia ao longo do século XIX. Na realidade, podemos fazer, justamente da psicologia, um exemplo do que foi esse movimento que levou Lacan, desde 1966, a dizer que a ciência exclui, foraclui o sujeito. Para se afirmar como ciência, a psicologia teve que renegar seu passado, foracluindo o sujeito que, originalmente, era sua razão de ser.

A questão que fica é a que interroga essa tendência, ou seja: será que foi para se afirmar como ciência? Ou foi porque a psicologia contemporânea já nasceu no bojo de uma capitalização do saber? Passando a identificar o psicologista como aquele que sabe sobre o outro, este outro destituído de saber, fica a pergunta com relação ao agenciamento do discurso quando é o psicólogo que se institui no lugar da mestria - que é, na realidade, seu lugar em toda a primeira metade desse século (MIRANDA ROSA, 1984). Um quarto de volta nos discursos⁷, encontramos o discurso universitário, lugar em que a psicologia se inscreve então. É ali que a psicologia melhor compactua com o capital, discriminando o homem como organismo do mundo da produção e que, como vimos no início, pode até legitimar a geração de uma criança com o simples intuito de fazer dela uma doadora de órgãos. Como resultado, a

pesquisa realizada em 1981 nos mostrou em que medida a Psicologia aí se integra, e não devemos enganar-nos quanto a isso, pois antes saber o que fazemos do que agir por ignorância. Talvez assim possamos nos localizar de alguma forma hecótica em relação ao cientista que “nada quer saber sobre as conseqüências do saber da ciência a nível da verdade” (LACAN, 15 de novembro de 1967) e nos perguntar em que medida a Psicologia pode inscrever-se nas Ciências Humanas. Expressão, aliás, paradoxal, se seguirmos nosso raciocínio, na medida em que ele aponta uma contradição nos termos: na ciência não há lugar para o humano. A Psicologia entrou no século XX como precioso instrumento para instituir e legitimar o mercado de trabalho que necessita de um excedente, conforme Marx. Eis, talvez, uma resposta para Canguilhem...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, S. - “Um estudo dos discursos de psicologia no século XIX no Brasil”. Dissertação de Mestrado. PUC/RJ, 1981.

_____ - “Direito do menor. A contribuição dos saberes psicológicos”. Em: MIRANDA ROSA, F. A, *Direito e mudança social*. Rio de Janeiro: OAB-UERJ, Achiamé, 1984.

_____ - *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

AMERICANO, D. M. A - “Dissertação sobre a frenologia”. Tese apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1838.

CANGUILHEM, G. - “O que é psicologia?”. Em: *Tempo Brasileiro*. N. 30/31, jul./dez. Rio de Janeiro: 1972.

DELEULE, D. - *La psicologia, mito científico*. Barcelona: Anagrama, 1969.

FOUCAULT, M. - *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1975.

LACAN, J. (1966) - “Ciência e verdade”. Em: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ (1967-8) - “*Le Séminaire, livre XV, L'acte psychanalytique*”. Inédito.

MIRANDA ROSA, F. A - “*Direito e mudança social*”. Rio de Janeiro: OAB-UERJ, Achiamé, 1984.

QUEIROZ, J. S.; PEREIRA, J. J. e COUTO, A M - “*Teses filosóficas sobre a psicologia do homem as quais se propõe defender em público no Imperial Seminário de São Joaquim*”. Rio de Janeiro: Tip. da Astréa, 1830.

ROXO, H. B. B. - “*Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados*”. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1900.

* Texto organizado a partir da dissertação de mestrado: Alberti, S. “Um estudo dos discursos de psicologia do século XIX no Brasil”. PUC/RJ, Departamento de Filosofia, 1981.

** Professora Adjunta do IP/UERJ, Psicanalista, Membro da Escola Brasileira de Psicanálise.

¹ Bem que merecia uma reedição...!

² Criada por Gall no final do séc. XVIII, a frenologia esquadrinha o cérebro em regiões às quais atribui os lugares da inteligência, da sensibilidade, do amor..., na tentativa de localizar, no formato cerebral, deficiências afetivas ou intelectuais.

³ Cf. Foucault, M. *Surveiller et punir*. Paris, Gallimard, 1975.

⁴ Idem

⁵ Trata-se de uma pesquisa realizada em 1980-1981, sob coordenação de F. A Miranda Rosa, com financiamento da FINEP e publicada no volume *Direito e mudança social* pela OAB/RJ e UERJ, Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 1984.

⁶ Cf. o programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão, domingo, 24 de maio de 1998.

⁷ Tomo emprestada aqui a teoria dos quatro discursos de Jacques Lacan (cf., por exemplo, ALBERTI, 1996, p. 200-206).